O Departamento do Regime de Previdência Complementar publicou o Relatório Gerencial de Previdência Complementar (RGPC), referente ao segundo trimestre de 2026, com atualização em outubro. O documento apresenta dados sobre o patrimônio, os investimentos, o pagamento de benefícios e a expansão da Previdência Complementar no Brasil.

De acordo com o relatório, a Previdência Complementar pagou cerca de R$ 101,5 bilhões em benefícios no acumulado dos últimos 12 meses, alcançando aproximadamente 950 mil aposentados e beneficiários. Desse total, R$ 96,6 bilhões, equivalentes a 95% dos pagamentos, foram destinados a aposentados e beneficiários que acumularam recursos nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

“A dinâmica de pagamentos de benefícios das EFPCs reforça o caráter previdenciário do setor. O mercado de renda nesse segmento está bem consolidado e é responsável pela ampliação da proteção social e a manutenção do padrão de vida dos seus participantes no momento da aposentadoria”, destaca o relatório.

Patrimônio e investimentos – Entre junho de 2025 e junho de 2026, os planos de benefícios das EFPC passaram de um resultado deficitário de aproximadamente R$ 6,74 bilhões para um resultado superavitário de R$ 18,44 bilhões, considerando o resultado agregado entre superávits e déficits. Os planos BD registraram superávit de cerca de R$ 15,44 bilhões, contribuindo para o resultado positivo do período.

No segundo trimestre de 2026, o patrimônio das entidades de previdência complementar atingiu R$ 3,43 trilhões, o equivalente a 26% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O montante representa crescimento de aproximadamente 10,2% em relação ao registrado no mesmo período de 2025. Desse total, cerca de 43% correspondem às EFPC. O patrimônio do segmento fechado cresceu 7,4% em relação a junho de 2025.

Em junho de 2026, os ativos de investimentos da Previdência Complementar somaram R$ 3,35 trilhões. Nas EFPC, nota-se maior diversificação dos investimentos. A carteira apresentou a seguinte composição: 71% em títulos públicos federais (TPF), 7,3% em renda variável, 15,2% em outros investimentos de renda fixa, 2,2% em imóveis e 4,3% em outras aplicações.

Previdência dos servidores públicos – O relatório também destaca o avanço da implementação do Regime de Previdência Complementar (RPC) entre os entes federativos. Atualmente, 2.054 entes subnacionais, o equivalente a 96% daqueles que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), já aprovaram leis para instituir o RPC. Desse total, 945 tiveram seus convênios de adesão aprovados pela Previc e, portanto, estão com o regime vigente.

Ao todo, 25 entidades administram 49 planos de Previdência Complementar destinados a servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esses planos abrangem aproximadamente 1.249 patrocinadores e cerca de 300 mil servidores. No longo prazo, a estimativa é que o número de servidores públicos vinculados ao RPC alcance aproximadamente 1,4 milhão.

Entre 2022 e junho de 2026, o patrimônio desses planos praticamente triplicou, com crescimento nominal de 207,4%. Já a população abrangida pelos planos aumentou cerca de 61,3% entre 2022 e 2025.

Suplemento especial – A cada trimestre, o RGPC apresenta um suplemento especial dedicado a temas específicos e relevantes para o segmento. Nesta edição, o material aborda o processo de elaboração dos Projetos de Educação Previdenciária no Programa Aprender Valor. Também apresenta os resultados da parceria entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Banco

Central.

Clique aqui para acessar o relatório.

Fonte: Abrapp em Foco, em 27.10.2026.